

11. PAINEL III

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO

RECURSOS E SUSTENTABILIDADE





O terceiro painel das Conferências do Estoril teve como tema «Recursos e Sustentabilidade», um tema absolutamente incontornável quando se pretende reflectir sobre o desafio que a globalização representa, num plano de acção global e local.

O tema deste painel está claramente relacionado com uma expressão que é comum no discurso dos diversos actores sociais da actualidade: desenvolvimento sustentável. A expressão «desenvolvimento sustentável» é o resultado da disseminação de um conceito que se tornou popular, em 1987, após a publicação do Relatório Brundtland da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, das Nações Unidas. Foi definido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades. O destaque aqui dado à palavra «necessidades» é reflexo da preocupação com a erradicação da pobreza e a satisfação das necessidades humanas básicas.

O conceito de desenvolvimento sustentável focou a sua atenção na procura de estratégias de promoção do desenvolvimento económico e social, de forma a evitar a degradação ambiental, o excesso de exploração dos recursos naturais e a poluição, nas suas diversas formas. A ligação com a «sustentabilidade» foi do agrado dos grupos ambientalistas. A ênfase no «desenvolvimento»

foi particularmente saudada pelos representantes dos países mais pobres, por agências governamentais para o desenvolvimento e por organizações da sociedade civil actuantes na luta contra a pobreza e a desigualdade social

Nesta perspectiva, o desenvolvimento envolve uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Teoricamente é possível percorrer esse caminho, mesmo em cenários políticos e sociais de alguma rigidez. Mas a sustentabilidade física não pode ser assegurada sem que as políticas de desenvolvimento tenham em atenção o acesso aos recursos e a distribuição de custos e benefícios. Mesmo a noção restrita de sustentabilidade física implica uma preocupação com a equidade social entre gerações, uma preocupação que deve, logicamente, ser alargada à equidade dentro de cada geração.

Se as necessidades devem estar assentes numa base de sustentabilidade, os recursos naturais devem ser preservados e otimizados. Torna-se imperativa a existência de mudanças substanciais nas políticas de desenvolvimento e crescimento, para enfrentar os altos níveis de consumo da actual sociedade industrial, o aumento do consumo necessário para alcançar as necessidades mínimas nos países do hemisfério sul e o anunciado crescimento da população ao nível mundial. No entanto, a conservação dos recursos naturais não deve estar apenas assente numa óptica de objectivos de desenvolvimento: é nossa obrigação moral para com todos os seres vivos e com as gerações futuras.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO

Foi criada pelas Nações Unidas, no Outono de 1983. É frequentemente conhecida como a Comissão Brundtland, devido a ter sido presidida por Gro Harlem Brundtland, líder nesta altura do Arbeiderpartiet (Partido Trabalhista Norueguês). O relatório dos trabalhos desta comissão foi aprovado no Outono de 1987.

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO



JUDITE DE SOUSA



11.1

O crescimento da população mundial tem vindo a gerar uma pressão amplamente considerada como insustentável sobre os recursos naturais disponíveis. O modelo de produção dominante, e que se tem vindo a replicar de uma forma global, tem-se traduzido numa lógica caracterizada por extracção – fabrico – resíduo, pelo que a realidade exige uma mudança de paradigma.

Foi consciente da necessidade de alterar este paradigma, ou no mínimo ajustá-lo de forma a ser viável, bem como enquadrar-se no conceito de desenvolvimento sustentável, que as Conferências do Estoril debateram o tema «Recursos e Sustentabilidade», com um conjunto de oradores de notável pertinência nesta área.

O conceito operativo das Conferências do Estoril foi definido como de «resolução de problemas», sendo estes perspectivados como globais, e cuja resolução passa necessariamente por respostas que são simultaneamente globais e locais.

Que caminhos deveremos percorrer para nos desenvolvermos de uma forma sustentável? Que estratégias devemos adoptar simultaneamente, à escala global e local, para assegurarmos às gerações vindouras um futuro com os mesmos recursos que recebemos e gerimos de uma forma sustentável?

Foi no sentido de encontrar respostas para estas questões que, presidido por Vítor Martins, e moderado posteriormente por Judite de Sousa, o terceiro painel das Conferências contou com o precioso contributo de Leopoldo Guimarães, Carlos Pimenta, Danny Leipziger, Manuel Aranda da Silva, Chris Skrebowski e Alfredo Valladão.

As diversas perspectivas de análise, influenciadas pelas bases académicas, profissionais e vivências de cada um dos oradores, foram expressas em três grandes áreas de debate.



CARLOS PIMENTA

11.1 • SUMÁRIO EXECUTIVO



VITOR MARTINS



11.1

- **Os recursos e a crise actual**

A ênfase na boa gestão dos recursos foi uma constante ao longo do terceiro painel. Dada a elevada dependência em relação aos recursos energéticos não renováveis, o painel discutiu a necessidade de promover uma utilização racional e sustentável dos mesmos. A adopção de uma visão integrada em relação às energias renováveis permitirá uma maior eficácia destas na resolução de questões energéticas futuras.

Foi evidenciada a necessidade de assegurar não só a boa gestão dos recursos energéticos, mas também daqueles que são essenciais à vida humana, como a água e os bens alimentares, que devem ser de livre acesso a todos, já que são pilares do desenvolvimento.

- **Ambiente e desenvolvimento**

Todos os oradores foram unânimes em considerar que a preservação do ambiente está directamente relacionada com os índices de desenvolvimento.

Reflectindo uma visão de curto prazo, algumas economias tendem a dar maior prioridade ao crescimento económico, sacrificando boas práticas ambientais.

Este género de orientação estratégica é extremamente negativa, e, pelo elevado prejuízo que comporta, inibe o desenvolvimento de uma economia.

As intervenções dos oradores deste painel foram coincidentes em relação à estratégia a adoptar ao nível global, pois embora algumas más práticas ambientais tenham origem local, os seus efeitos perniciosos acabam por ter impacto global.

- **O contributo tecnológico para uma revolução no sector energético**

A tecnologia pode, e deve, ser utilizada para alcançar soluções que permitam a diminuição do uso de combustíveis fósseis, influenciando o nível de emissões de CO₂ para a atmosfera.

Essas soluções passam por uma maior eficiência energética, mas também pela adopção de sistemas integrados e de novos modelos, uma vez que os existentes estão desactualizados e assentam em contextos económicos, políticos e tecnológicos completamente ultrapassados.

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



CHRIS SKREBOWSKI



11.2

A energia é absolutamente necessária para a nossa sobrevivência diária. No paradigma actual, o desenvolvimento futuro depende crucialmente de aumentar a longo prazo, a disponibilidade de quantidades que sejam confiáveis, seguras e ambientalmente sustentáveis. Considera-se que, actualmente, nenhuma fonte ou mistura de fontes atinge este objectivo.

O compromisso civilizacional que temos com os recursos energéticos é algo que todos nós compreendemos, sentimos e percebemos, e cuja dimensão resulta numa multiplicidade de questões ambientais, económicas, políticas, tecnológicas e científicas. Esta foi uma ideia base na intervenção de Leopoldo Guimarães sobre os recursos energéticos. A dimensão política em torno dos recursos energéticos leva a que muitas vezes, motivada pela procura de soluções rápidas e duradouras, se atribua às energias renováveis um papel preponderante sem questionar se efectivamente estas são a melhor solução para determinado problema. Na opinião do antigo reitor da Universidade Nova de Lisboa, as energias renováveis não são um contributo decisivo para o equilíbrio geoestratégico mundial nas próximas décadas. No entanto, as energias renováveis devem receber todo o apoio científico, tecnológico, económico e político, de forma a fazerem parte da equação energética com uma preponderância crescente. Este apoio deve ser feito em rede, ao nível global. Países isolados ou o investimento em apenas uma tecnologia não irá resultar na satisfação integral dos compromissos para com a energia.

«Nem há planeta, nem há recursos que permitam estender à humanidade toda o nível de consumo que nós temos em Portugal, sem falar nos Estados Unidos.»

Carlos Pimenta

«Esgotámos todo o petróleo barato no mundo.»

Chris Skrebowski

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

As Nações Unidas definiram o dia 22 de Março como o Dia Mundial da Água. Este dia tem sido marcado por iniciativas com o intuito de sensibilizar o público em geral para a necessidade de conservar e utilizar os recursos hídricos de forma sustentável.

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



DANNY LEIPZIGER



11.2

Um dos recursos energéticos mais escasso é o petróleo. As Conferências do Estoril tiveram um orador que é unanimemente considerado uma autoridade neste assunto: Chris Skrebowski. A sua intervenção foi extremamente pragmática e iniciou-se com uma frase que pode resumir todo o seu discurso: «O desafio global de que eu quero falar é aquele que acredito ser o mais eminente que enfrentamos: esgotámos todo o petróleo barato no mundo».

A resposta para este problema é simples, segundo o editor da *Petroleum Review*, a revista do Instituto de Energia do Reino Unido: «temos que pensar como podemos usar menos petróleo. Temos que usar este recurso de uma forma menos extravagante». Os padrões de consumo e as verbas financeiras envolvidas tornaram-se incompontáveis. Vivem-se tempos em que se acredita que mais petróleo permite mais crescimento, menos petróleo permite menos crescimento. Construimos uma sociedade baseada no petróleo. No passado era uma sociedade baseada no carvão. Há pouca relação entre o preço e o efeito no fornecimento. Temos que modificar o nosso uso, arranjar outras maneiras de fazer as coisas.

A questão do petróleo também foi abordada por Alfredo Valladão, numa perspectiva geopolítica. Se os Estados Unidos da América estiverem seriamente a pensar acabar com a dependência do petróleo proveniente do Médio Oriente, isto significa que este passará a ser vendido quase em exclusivo para as economias emergentes no continente asiático. Estarão estes países preparados para assegurar a estabilidade e segurança desta zona do globo?

A boa gestão dos recursos assume especial importância nos países em desenvolvimento. Danny Leipziger, Vice-Presidente do Banco Mundial, referiu que a preocupação com os recursos é a volatilidade dos preços que lhe é associada. Existem diversos métodos que permitem evitar grandes discrepâncias neste campo. Por exemplo, ao nível dos exportadores de mercadorias, deu o exemplo

do Chile, que optou por definir os preços das suas mercadorias a longo prazo, sem se basear nos ciclos económicos do momento, o que lhe permite atravessar períodos mais conturbados, de uma forma suave. Existem ainda outros métodos, que envolvem o FMI, mas que não têm tido a mesma taxa de sucesso. A grande preocupação são os países que são ricos em recursos naturais, nomeadamente aqueles que possuem indústrias extractivas, pois o volume de capital envolvido pode levar a situações de uso indevido, nomeadamente à corrupção. Este é um combate que deve ser travado a jusante, nos países mais desenvolvidos. Estes países têm que ter atenção a quem tem acesso aos recursos – a água, por exemplo, é um recurso essencial para o sector da agricultura e um factor fundamental para assegurar a saúde das famílias.

«Deve ser dada uma atenção especial à distribuição da água e da terra»

Danny Leipziger

Manuel Aranda da Silva realçou durante a sua intervenção a importância da água, como recurso escasso, afirmando que a agricultura consome 70 por cento da água fresca do mundo. Esta representa 2,5 por cento do total de água existente, e só uma pequena parte está disponível. O resto é água subterrânea e congelada.

«O acesso à água é muito desequilibrado, assim como o seu preço», afirmou Danny Leipziger. Deve ser dada uma atenção especial à distribuição de água, mas também à de terra. A terra é em muitos países em vias de desenvolvimento a maior riqueza que as populações têm. O Banco Mundial, num esforço de *empowerment*,

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



ALFREDO VALLADÃO



11.2

em estreita relação com as questões de género que marcam a desigualdade social de países emergentes, efectuou diversos programas para registar como co-proprietários das terras, não só o homem, como é culturalmente habitual, mas também a mulher, para que esta possa aceder a crédito e, no caso do marido morrer, ter alguma fonte de riqueza.

«Nos últimos meses o mundo assistiu a um conjunto de desafios que começaram com uma crise dos preços da alimentação e uma crise energética, e se ligaram a uma crise financeira e uma crise económica, e as consequências dessas crises, ainda não são totalmente conhecidas» afirmou Manuel Aranda da Silva. De facto, em 12 meses, desde Janeiro de 2008, mais de 30 países no mundo tiveram distúrbios significativos, em termos de segurança, provocados pelo acesso à alimentação, e o nível de subnutridos no mundo aumentou de 850 milhões para um nível acima dos mil milhões, uma regressão face aos progressos alcançados nas últimas décadas no combate contra a fome.

O ciclo começou por uma crise energética associada a uma crise dos preços dos produtos alimentares, cujas causas são conhecidas: uso intensivo de culturas alimentares para a produção de etanol para combustível, devido ao aumento dos preços deste enquanto fonte energética alternativa; aumento contínuo na procura de alimentos devido à mudança de hábitos provocada pelas melhorias dos níveis de vida em alguns países, como a China, o Brasil e a Índia, entre outros; aumento da população; e de uma forma menos evidente, devido à estagnação da produtividade agrícola, com os rendimentos por hectare, que atingiram médias de 3 por cento, até aos anos 70, com o culminar da revolução verde na Europa, na Ásia e na América Latina, a descenderem para níveis de 0,5 por cento. Estes factores, associados a um fenómeno de impacto determinante, como as alterações climáticas, consubstanciadas em secas e cheias, levaram a uma baixa súbita das reservas alimentares no mundo.



LEOPOLDO GUIMARÃES

11.2 • OS RECURSOS E A CRISE ACTUAL



MANUEL ARANDA DA SILVA



11.2

Manuel Aranda da Silva lançou, neste contexto, uma das questões fortes sobre o assunto: «como é que é possível que haja uma crise alimentar quando há políticas para impedir que se produza através de subsídios?». A resposta foi imediatamente dada: «é um falso problema de dimensão». Espera-se o aumento da procura de alimentos, inevitável, pelo crescimento previsível da população mundial, que passará em 2030, dos 6 mil milhões actuais para 8 mil milhões e, em 2050, para 9,2 mil milhões. É de esperar também a melhoria progressiva das condições de vida e alterações nos hábitos de consumo. Pondo de parte todos os subsídios que se pagam para não se produzir em algumas zonas do mundo, isto pode potenciar um aumento de produção de 7 por cento. Actualmente é utilizada 10 por cento de terra para uso agrícola, 20 por cento para pastagens, 50 por cento são montanhas, desertos ou partes congeladas e 20 por cento são floresta. Replicar as revoluções verdes do passado significaria um aumento brutal no consumo de água – que não existe –, um aumento de fertilizantes inorgânicos com impactos ambientais dramáticos e, por outro lado, as alterações climáticas em curso vão reduzir ainda mais, em algumas áreas, o potencial uso dessas terras, tornando-as inférteis. Só seria possível através de desflorestação, e por isso, é preciso pensar em soluções alternativas. Estudos recentes apontam para a possibilidade de fazer agricultura de maneira diferente.

Ao longo dos tempos, o homem sempre foi capaz de obter respostas às necessidades alimentares. Embora exista conhecimento técnico para desenvolver

soluções de futuro, será necessário adaptá-lo às realidades locais, de forma a evitar efeitos negativos de maior dimensão.

«O grande desafio será transformar a produção agrícola nos países que o podem fazer, utilizando pequenos produtores, mas utilizando processos agrícolas mais ecológicos, que criem riqueza, e que se integrem nos mercados de uma forma muito vantajosa.»

Manuel Aranda da Silva

REVOLUÇÃO VERDE

Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo baseia-se na utilização intensiva de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), adubos inorgânicos, mecanização, irrigação e diminuição dos custos de manuseamento.

11.3 • AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO



DANNY LEIPZIGER



11.3

Segundo Leopoldo Guimarães, projectando um cenário para o ano de 2050, a ausência de políticas energéticas e desenvolvimentos tecnológicos pontuais, um pouco à semelhança do que se vive actualmente, levaria o mundo a uma situação preocupante. Com o irreversível aumento do consumo de energia, cerca de 1,8 por cento ao ano, de acordo com a Agência Internacional de Energia, o uso da energia duplicaria, o uso do carvão triplicaria, o uso do gás aumentava 138 por cento, o uso do petróleo aumentava 65 por cento e a emissão de CO2 passava de 24,5 gigatoneladas em 2003 para 58, ou seja, um aumento de 137 por cento.

«Não se deve separar a agenda do ambiente da agenda do crescimento. Têm que ser vistas como uma única decisão política.»

Danny Leipziger

Danny Leipziger considera que existe uma relação entre ambiente e desenvolvimento, que pode ou não ser positiva. Na sua opinião não se deve separar a agenda do ambiente da agenda do crescimento. Ambos têm que ser vistos como uma única decisão política. Não é possível desenvolver-se agora e lidar com os estragos ambientais depois. O exemplo da China é sintomático: o estudo atempado de uma solução integrada teria permitido ao governo chinês poupar grandes verbas, se a decisão estratégica de crescimento tivesse sido acompanhada de algumas preocupações ambientais. No que diz respeito às alterações climáticas, o Vice-Presidente do Banco Mundial faz alusão ao *Growth Report*, publicado em Maio de 2009.



11.3 • AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO



ALFREDO VALLADÃO



11.3

Os factos são bastante claros: se continuar o actual nível de emissões, prevê-se um aumento na temperatura de 1 a 3 graus, o que pode causar efeitos que vão desde o desagradável ao catastrófico. A China ultrapassou os EUA no nível de emissões, embora *per capita* ainda seja menor. O aumento de emissões, que nos coloca em níveis considerados perigosos, será provocado sobretudo pelas economias emergentes.

Isto cria um dilema económico: eficiência *versus* eficácia – tenta-se atenuar o nível de emissões de uma forma eficiente ou de uma forma precisa? O *Growth Report* afirma que deve ser feita uma separação entre quem produz e onde é necessário reduzir as emissões poluentes e quem irá pagar por isso. Através desta separação irá conseguir-se reduzir eficientemente estas emissões, e depois terá que ser estudada em comum uma forma de pagar. Por exemplo, na China constrói-se uma central eléctrica todas as semanas. Se é mais barato para o governo chinês construir uma central eléctrica que não tenha atenção aos impactos ambientais do que uma que os tenha, a resposta económica que deve ser dada é criar mecanismos financeiros que permitam diminuir a disparidade entre os custos das duas opções. Se é do interesse global não ter poluição, a comunidade internacional deve poder subsidiar a central eléctrica mais vantajosa em termos ambientais. A resposta errada é dizer à China, à Índia e ao Brasil que devem abrandar o seu crescimento económico para atingir certos objectivos, que já foram atingidos pelos países ricos, uma vez que esses países emergentes precisam de um grande

consumo de energia para atingirem o mesmo nível de crescimento. A solução é separar a redução de emissões da responsabilidade de as pagar.

Alfredo Valladão perguntou à plateia das Conferências do Estoril, salientando que o problema central é a energia, como seria possível continuar a enriquecer com um sistema mais sustentável. Na sua opinião, a solução passa por um modelo económico mais ecológico. A presente crise permite a adopção desse modelo ecológico, através da mudança da matriz energética que é o epicentro do problema.

COMMISSION ON GROWTH AND DEVELOPMENT

Surgida em Abril de 2006, juntou 22 personalidades, na sua maioria provenientes dos países em desenvolvimento. A Comissão é presidida por Michael Spence, Prémio Nobel de Economia, e o Vice-Presidente é Danny Leipziger. Os objectivos da Comissão são procurar respostas para o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza, tendo as conclusões sido publicadas no *Growth Report*.

11.4 • O CONTRIBUTO TECNOLÓGICO PARA UMA REVOLUÇÃO NO SECTOR ENERGÉTICO



LEOPOLDO GUIMARÃES



11.4

O uso intensivo de tecnologias permite alcançar algumas soluções, embora não permita a diminuição substancial do uso de combustíveis fósseis. Durante o terceiro painel, diversos oradores apontaram a necessidade de orientar os desenvolvimentos tecnológicos para a procura de eficiência energética. A aplicação tecnológica nos transportes, na indústria e nos edifícios poderia levar a uma redução de entre 30 a 50 por cento nos níveis de emissão de CO₂.

Foi também apontada a necessidade de descarbonizar a electricidade. Uma possível solução seria a utilização de energia nuclear que permitiria reduções nas emissões de CO₂, entre 2 a 10 por cento, ou através da utilização de energias renováveis, com reduções de entre 5 a 16 por cento.

A analogia entre a necessidade de fazer uma revolução nas políticas ambientais, em especial no sector energético, igual à que ocorreu no sector da informação, com a Internet, foi evidenciada com grande firmeza, em especial por Carlos Pimenta, na sua intervenção inicial.

Esta necessidade fundamenta-se no impacto em termos de investimento e no impacto que irá ter no nosso quotidiano, e assenta no seguinte pressuposto: o planeta não aguenta o modelo de energia e de consumo do passado. Não se pode falar em desenvolvimento sustentável, quando a tendência de consumo energético global tende a ser padronizada com níveis elevados. O planeta não possui recursos que permitam estender a toda a humanidade o nível de consumo dos países mais desenvolvidos. Não existe capacidade de reciclar o nível de emissões gasosas para a atmosfera, em termos dos ciclos planetários globais, dos padrões de emissão que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do antigo bloco soviético tiveram nos últimos 40 anos. Este modelo era baseado em padrões de consumo adoptados por apenas 20 por cento da população mundial, sendo que os restantes 80 por cento estavam excluídos de um consumo *per capita* de energia equivalente.

A situação alterou-se substancialmente porque centenas de milhões de cidadãos, principalmente da China, da Índia e de outras economias asiáticas, que não faziam parte da equação em que o modelo citado se baseava, começaram a ter acesso a bens com elevado consumo energético, ocorrendo pela primeira vez rupturas no lado da oferta energética, porque a procura clássica dos bens de consumo dos combustíveis fósseis explodiu. Carlos Pimenta considerou que terão que necessariamente ocorrer mudanças em todo o sistema, seja do lado da oferta, do lado da procura ou nas próprias redes. Ao nível da procura, deverá existir uma procura activa e inteligente onde, por exemplo, cada edifício poderia dispor de mecanismos para regular o seu consumo energético, de acordo com a procura da rede, o que se reflectiria num valor variável da electricidade a cada minuto. O facto de não ser necessário sempre o mesmo nível de consumo de energia, independentemente da rede se encontrar num período com pequeno ou grande consumo, faria com que Portugal poupasse «biliões em termos de unidades de produção e de transporte que funcionam meia dúzia de horas por ano», afirma Carlos Pimenta. No sistema energético tradicional é comum pensar-se que a procura tem de responder sempre a uma oferta. No futuro a procura vai ter que se modelar à própria oferta. E sem dúvida que há que descarbonizar a energia, ideia que já antes tinha sido defendida por Leopoldo Guimarães.

«Devem as energias renováveis receber todo o apoio científico, tecnológico, económico e político, de forma a intervirem na equação energética cada vez com maior importância? A resposta é sim.»

Leopoldo Guimarães

11.4 • O CONTRIBUTO TECNOLÓGICO PARA UMA REVOLUÇÃO NO SECTOR ENERGÉTICO



CARLOS PIMENTA



11.4

A revolução semelhante à Internet irá ocorrer ao nível das redes e dos sistemas. O sistema que teremos que adoptar, para assegurarmos um desenvolvimento sustentável ao nível energético, passará por cada indivíduo ser simultaneamente consumidor, produtor, armazenador e distribuidor. Esta mudança global no sistema permitirá a obtenção de ganhos energéticos significativos. Irá ocorrer uma mudança radical no lado do consumo e na oferta da energia. Tal como na Internet, cada cidadão tem o poder de consumir, produzir, armazenar e distribuir informação em suportes digitais variados, o mesmo vai acontecer com o sector energético. É óbvio que a adopção deste modelo coloca completamente em causa o sistema energético. Vai terminar com a separação verticalizada que existe no sector dos combustíveis e no sector da electricidade, com as respectivas empresas. Os sistemas vão convergir e ter pontos de encontro. Carlos Pimenta sustentou desta forma a necessidade de fazer uma revolução nas políticas ambientais afirmando que «o planeta não aguenta de outra maneira, e quem pensa que a crise económica vai ter como efeito, porque o petróleo baixou, atrasar esta mudança radical, engana-se».

Deixou ainda um alerta sobre a inversão do ciclo da crise, afirmando que «assim que houver um mínimo de retoma, vamos ter uma subida dos preços das matérias-primas energéticas ainda mais brutal e súbita, porque, entretanto, houve atraso em toda a cadeia de procura, armazenamento e transformação dos combustíveis fósseis».

Alfredo Valladão, como já foi anteriormente citado, afirma que a solução para um sistema mais sustentável passa por um novo modelo ecológico, por alterar a matriz energética, assente também em desenvolvimentos tecnológicos. Estas devem actuar ao nível da conservação, desenvolvimento de novas fontes energéticas, melhor uso das velhas fontes, e ainda diversificação geográfica. Isto só é possível com muita pesquisa, desenvolvimento e investimento. Dá como exemplo positivo desta orientação, o grande impulso que, por exemplo, o sector da construção iria ter. Por outro lado, a introdução de um novo sistema pode possibilitar o aumento do fosso entre os países mais ricos e os países mais

pobres. Os primeiros encontram-se numa posição privilegiada, porque conseguem atrair mais capitais, através de crédito e financiamento, num mercado financeiro que neste momento é bastante restritivo. Esta nova matriz também pode ser devastadora para o comércio mundial, caso se introduzam barreiras aos produtos que são fabricados de uma forma poluente e pouco ecológica, o que pode afectar profundamente as trocas comerciais com países pobres e com economias emergentes.

Carlos Pimenta considerou que as tecnologias existentes, em número suficiente e crescente, mostram que a questão de letargia é política. O problema é sistémico e político. Os recursos existem, têm é que estar mais acessíveis. Há uma revolução científica muito grande, em especial na nanotecnologia, na biotecnologia e na capacidade de informação. É possível criar sistemas muito mais eficientes ao nível dos recursos. As energias renováveis são uma solução evidente e óbvia para resolver esses problemas e, desde que usadas de uma forma maciça, descentralizada e acompanhadas de eficiência energética, são respostas imediatas e simples de implementar.

«Ainda não interiorizámos que a revolução que é necessário fazer nas políticas ambientais, nomeadamente no subsector da energia, é total e é de uma dimensão maior do que a que ocorreu nas telecomunicações.»

Carlos Pimenta

11.5 • CONSIDERAÇÕES FINAIS



JOÃO DE DEUS PINHEIRO, JOSÉ MANUEL FERNANDES, SEYED HOSSEIN ADELI, MARIA JOÃO RODRIGUES e JOSÉ MARÍA AZNAR



11.5

A escolha do tema «Recursos e Sustentabilidade» para o terceiro painel, num contexto de globalização, foi um grande desafio. Se, por um lado, a pertinência de se abordar questões como o desenvolvimento sustentável, a utilização racional dos recursos e o ambiente tornavam este tema extremamente apelativo, a verdade é que a sua abrangência e complementaridade a diversos níveis poderiam impedir uma síntese reflectiva de todos aqueles que tiveram a oportunidade de assistir a este painel.

Todos os oradores, porém, deram um contributo de grande relevância não só para criar o debate e para lançar reflexões mas, mais importante, para apresentarem soluções, fazendo com que cada participante nas Conferências do Estoril perspectivasse um caminho, tivesse uma visão mais clara sobre este tema.

Se o tema era em si mesmo um grande desafio, teremos que concluir que este foi plenamente atingido: no Estoril debateu-se a sustentabilidade dos recursos ao mais alto nível, diagnosticou-se o que está mal na lógica de produção e consumo de recursos energéticos e apresentaram-se alternativas, identificaram-

-se tendências actuais e perspectivou-se o futuro das redes energéticas e das transformações que, inevitavelmente, ocorrerão no *modus vivendi* de todos os cidadãos. Foi um debate que em muito contribuiu para renovar a energia com que se constrói um futuro mais sustentável.

PARA SABER MAIS...

Centro Regional de Informação das Nações Unidas:

www.unric.org

Agência Internacional da Energia:

www.iea.org

Commission on Growth and Development:

www.growthcommission.org

Instituto de Energia do Reino Unido:

www.energyinst.org.uk

Globe International:

www.globeinternational.org

Oil Depletion Analysis Centre:

www.odac-info.org